

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Psicologia 7ª Região – CRPRS, criado pela Lei 5.766/71, constitui uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

O CRPRS tem jurisdição em todo o estado do Rio Grande do Sul e sede em Porto Alegre.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu a STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

Diante do exposto, o CRPRS iniciou o processo de convergência a partir de janeiro de 2012 adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e implantando o novo sistema SISCONT.NET.

2.2. Critérios e Políticas Contábeis

Com a adoção dos novos procedimentos contábeis, desde 2012, passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição, realizando, dessa forma, o reconhecimento dos créditos tributários a receber, a constituição de ajustes de perdas de créditos e a mensuração dos estoques.

Em janeiro de 2013, foram realizados os ajustes necessários no Imobilizado decorrentes da avaliação inicial, feita pela empresa Unisis Administração Patrimonial e Informática Ltda., de todos os bens móveis e imóveis adquiridos nos anos anteriores, sendo registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores.

Outro procedimento contábil introduzido em 2013 foi o registro da depreciação, que será detalhado no item 2.3 subitem III letra b.

2.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis instituído pela Resolução CFP nº 010/2007.

I- Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2018 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 10.532.599,68 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 9.597.336,69, apresentando um superávit orçamentário de R\$ 935.262,99.

II- Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2018 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 10.532.599,68) com os extraorçamentários (R\$ 6.138.938,30) que foi de R\$ 16.671.537,98 e dos dispêndios orçamentários (R\$ 9.597.336,69) e extraorçamentários (R\$ 6.037.600,32) que foi de R\$ 15.634.937,01, apresentando um resultado positivo de R\$ 1.036.600,97 o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte (R\$ 5.801.355,72) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 4.764.754,75).

III- Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública.

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (compostos pelos Créditos Tributários a Receber de Anuidades e Fundo de Seções, pela Dívida Ativa e deduzidos pelo Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Adiantamento de férias a funcionários e Tributo a recuperar), Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado) e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente (Valores de Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções repassados automaticamente ao CFP referente Anuidades de 2019 recebidas em dezembro de 2018).

b) Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis, deduzidos pela Depreciação.

Conforme já descrito no item 2.2, em janeiro de 2013, foram lançados os ajustes decorrentes da avaliação inicial, realizada por empresa especializada, de todos os bens móveis e imóveis adquiridos nos anos anteriores, sendo registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores.

A partir de então, também foi introduzido o procedimento contábil de registro da depreciação com a adoção do método de quotas constantes e a definição da vida útil e do valor residual, para os bens móveis, de acordo com a tabela que consta no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), demonstrado abaixo:

TÍTULO	VIDA ÚTIL (anos)	VALOR RESIDUAL
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Outros Bens Móveis	10	10%

Os parâmetros definidos para a depreciação dos bens imóveis, de acordo com o laudo técnico de avaliação, foram vida útil de 54 anos e valor residual de 70%.

Em novembro de 2018, o CRPRS realizou a Reavaliação Patrimonial de todos os bens móveis e imóveis. A empresa contratada para a realização do serviço foi a Lautec Laudos Técnicos de Engenharia Ltda. Os aumentos ou diminuições relativas à reavaliação patrimonial foram reconhecidos no resultado patrimonial do exercício através da Reavaliação de Imobilizado e Redução a valor recuperável de Imobilizado, respectivamente.

Alinhada à política do CRPRS para gestão do ativo imobilizado, a Lautec determinou como parâmetros de Vida Útil Total e Valor Residual para os bens móveis os já adotados pelo Conselho, conforme tabela acima. Na avaliação física individual foi determinada a Vida Útil Remanescente de cada bem, a qual foi atualizada no sistema de controle patrimonial.

Para os bens imóveis, a Lautec determinou a Vida Útil Remanescente de 50 anos e o Valor Residual de 70%, sendo este último conforme já adotado pelo CRPRS.

Como os resultados dos laudos da Reavaliação Patrimonial realizada pela Lautec apresentaram, em sua maioria, avaliações aumentativas, o Ativo Imobilizado do CRPRS, ao final do exercício de 2018, reflete valores atualizados que correspondem ao seu valor justo.

O Imobilizado apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
BENS MÓVEIS	622.514,54	208.032,01
Móveis e Utensílios	365.383,03	343.515,49
Máquinas e Equipamentos	102.006,18	102.567,20
Utensílios de Copa e Cozinha	22.015,92	29.260,99
Equipamentos de Processamento de Dados	126.959,24	186.033,41
Outros Bens Móveis	13.358,71	13.826,00
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-7.208,54	-467.171,08
BENS IMÓVEIS	4.922.645,21	3.345.598,45
Salas	4.925.000,00	3.441.091,47
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-2.354,79	-95.493,02
TOTAL IMOBILIZADO	5.545.159,75	3.553.630,46

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (compostas por impostos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções a repassar ao CFP), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias) e Demais Obrigações a Curto Prazo (Anuidades Recebidas Antecipadamente, Mensalidade Sindical descontada em Folha de Pagamento a repassar ao Sindicato e Valores a serem devolvidos e/ou repassados).

d) Passivo Não-Circulante

O Passivo Não-Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2018.

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2018 demonstra o total do Ativo de R\$ 12.728.736,62 e o total do Passivo de R\$ 457.048,27, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 12.271.688,35, o qual está constituído pelo Superávit do Exercício de R\$ 3.296.188,29 e pelo Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores de R\$ 8.975.500,06.

IV- Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2018 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 14.821.089,37 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 11.524.901,08, gerando como resultado patrimonial do período um Superávit de R\$ 3.296.188,29.

A Reavaliação Patrimonial realizada pela Lautec, descrita no item 2.3 subitem III letra b, resultou em variações patrimoniais aumentativas de Reavaliação de Imobilizado de R\$ 2.052.952,30 e em variações patrimoniais diminutivas de Redução a valor recuperável de Imobilizado de R\$ 7.777,66, impactando significativamente o resultado patrimonial do exercício de 2018.

V- Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2018 foi de R\$ 1.036.600,97, apurada através do Fluxo de caixa líquido das atividades das operações de R\$ 1.050.996,86 e do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento negativo de R\$ 14.395,89.

2.4. Passivos Contingentes

Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

O Passivo Contingente apresenta a seguinte composição:

Número do processo	Ano	Autor	Natureza	Valor (R\$)	Status	Obrigaçã	Probabilidade de saída de recursos	Possibilidade de estimativa confiável do valor
0001170-22.2014.504.0022	2011	FERNANDA COLOMBY ORTIZ	Recl. Trabalhista	R\$ 678.000,00	Ação Procedente como obrigação de fazer, já cumprida pelo CRP/RS. Autora postula por indenização, negada em primeira instância e em fase de apreciação pelo TRT4.	Possível	Pouco provável	Não possível
0021959-08.2017.504.0030	2017	ANDRÉ LUIS LEITE DE FIGUEIREDO SALES	Recl. Trabalhista	37.500,00	Aguardando audiência de instrução	Possível	Pouco provável	Não possível
0020298-33.2017.504.0017	2017	CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA	Recl. Trabalhista	38.000,00	Aguarda julgamento dos recursos no TRT4.	Possível	Provável	Possível
0020546-56.2018.5.04.0019	2018	ANDRÉ LUIS LEITE DE FIGUEIREDO SALES	Recl. Trabalhista	200.319,17	Aguardando audiência de instrução	Possível	Pouco provável	Não possível

3. Considerações Finais

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2018 e a Prestação de Contas do exercício de 2018 serão aprovadas pelo Plenário do CRPRS e enviadas ao CFP para apreciação e julgamento.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

Cleon dos Santos Cerezer
Conselheiro Presidente
CRP-07/8591
CPF 612.195.170-20

Fernanda Facchin Fioravanzo
Conselheira Tesoureira
CRP-07/17713
CPF 813.823.590-04

Aline Clivatti dos Santos
Contadora
CRCRS nº 66.415
CPF 684.530.190-53